

EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

ECOS DE CONTINUIDADE: a crise sanitária, sucedida pela pandemia do novo coronavírus, foi um fenômeno isolado ou coaduna-se com a propalada crise do capitalismo?

ECHOES OF CONTINUITY: was the health crisis, followed by the new coronavirus pandemic, an isolated phenomenon or is it consistent with the much-vaunted crisis of capitalism?

Cleomar Jamyson da Silva Melo¹

RESUMO

Este trabalho parte dos estudos e achados da pesquisa, reverberados na dissertação de mestrado que tratou sobre a política de saúde e o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no contexto da pandemia da COVID-19. O questionamento que dá nome ao subtítulo deste artigo, dá direção aos caminhos desbravados para pensar a crise sanitária e as inflexões pelas quais a política de saúde já vivenciava. O trilho da pesquisa está baseado no viés teórico metodológico do materialismo histórico crítico dialético, do qual norteou e garantiu as condições para a captura da essência e da totalidade do fenômeno estudado. Identificou-se como ponto de partida para se pensar os efeitos do novo coronavírus que não se tratava de uma crise localizada ou setorializada e sim de um processo de aprofundamento da crise do capitalismo que por sua vez com a pandemia exponenciou consideravelmente os seus efeitos.

Palavras-chaves: Crise do capital. Crise Sanitária. Pandemia da COVID-19.

ABSTRACT

This work is based on studies and research findings, reflected in the master's thesis that dealt with health policy and the use of Information and Communication Technologies in the context of the COVID-19 pandemic. The question that gives its name to the subtitle of this article gives direction to the paths explored to think about the health crisis and the inflections that health policy was already experiencing. The research

¹ Professor e Assistente Social. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE); Especialista em Serviço Social; Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

path is based on the theoretical methodological bias of dialectical critical historical materialism, which guided and guaranteed the conditions for capturing the essence and totality of the phenomenon studied. It was identified as a starting point for thinking about the effects of the new coronavirus that it was not a localized or sectoralized crisis but rather a process of deepening the crisis of capitalism, which in turn, with the pandemic, considerably increased its effects.

Keywords: Capital crisis. Health Crisis. COVID-19 Pandemic.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo evidencia alguns dos pontos de partida dos estudos e achados da pesquisa que foram reverberados na dissertação de mestrado que tratou sobre a política de saúde e o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no contexto da pandemia da COVID-19. O questionamento que dá nome ao subtítulo deste artigo, dá direção aos caminhos desbravados para pensar a crise sanitária e as inflexões pelas quais a política de saúde já vivenciava. Pois, nos espaços de discussão que permeia o acontecendo da conjuntura da pandemia muito se falava de um certo ineditismo do fenômeno ou ainda como tendo sido de um processo puramente natural.

Esse questionamento como fruto da inquietação que esteve presente entre o início e o desenrolar do contexto mais latente da pandemia, onde vários meios de comunicação jornalísticos e até mesmo intelectuais da burguesia reafirmaram que o momento vivenciado pela humanidade se tratava de uma crise factual e acidental e que ela poderia criar rebatimentos geradores de uma crise econômica. Por termos a compreensão de que o contrário seria o determinante, ou seja, a crise sanitária é fruto das formas de ser do capitalismo, o qual vivencia a sua mais profunda crise. E é nesse raciocínio que seguiremos na nossa compreensão sobre esse fenômeno.

Dessa forma, pensando na melhor forma de desvendar os elementos econômicos-políticos-sociais da crise sanitária é que optamos por trilhar o percurso da pesquisa baseado no viés teórico metodológico do materialismo histórico crítico dialético, do qual norteou e garantiu as condições para a captura da essência e da totalidade do fenômeno estudado.

Este trabalho está dividido em dois momentos que tentam responder a nossa questão problematizadora, sendo o primeiro, que traz elementos sobre a crise do capital e sua relação inerente da forma de ser. E a segunda parte que enfoca o debate sobre a pandemia da COVID-

19 e de como ela contribuiu para o processo de aprofundamento da crise já vivenciada pelo capitalismo.

Identificou-se como ponto de partida para se pensar os efeitos do novo coronavírus que não se tratava de uma crise localizada ou setorializada e sim de um processo de aprofundamento da crise do capitalismo que por sua vez com a pandemia exponenciou consideravelmente os seus efeitos.

2 A CRISE DO CAPITALISMO COMO CARACTERÍSTICA SIMBIÓTICA DO MODO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL.

O trajeto histórico da organização da sociedade burguesa é circunscrito por constantes crises econômicas, evidenciando-se um aspecto de contradição do modo de produzir e reproduzir do capitalismo. Porém, essas contradições, são constitutivas da engrenagem do modo de produção capitalista, pois garantem o terreno fértil para o processo de acumulação do capital, “[...]as crises são *funcionais* ao MPC: constituem os mecanismos mediante os quais o MPC *restaura*, sempre em níveis mais complexos e instáveis, as condições necessárias à sua continuidade” (NETTO, BRAZ, 2012, p.175, grifos dos autores).

Ou seja, há uma imbricação inerente entre o funcionamento do capitalismo e a ocorrência de suas crises como expressão contraditória, como afirma Mészáros (2011, p. 132)

Capital e contradições são inseparáveis. Temos de ir além das manifestações superficiais dessas contradições e de suas raízes. Você consegue manipulá-las aqui e ali, mas elas voltarão com uma vingança. Contradições não podem ser jogadas para debaixo do tapete indefinidamente, porque o carpete, agora, está se tornando uma montanha. (Mészáros, 2011, p. 132)

Diante dessa constatação, Mészáros (2011) parte do pressuposto de que estaríamos diante de uma crise estrutural do modo de produção capitalista, que iniciada em meados dos anos de 1970, estaria em intenso espraiamento generalizado dos seus impactos, por danificar a nossa relação com a natureza, inclusive, colocando em risco a sobrevivência da humanidade.

Mandel (1990) defende haver expressões dessa crise estrutural que se renova a partir de várias recessões espraiadas pelo globo desde os anos de 1970, em razão de cimentar o resgate dos padrões de acumulação do capital, contando com elementos devastadores como: a miséria sem limites nos países do norte global; o crescimento das massivas filas caracterizadas

pelo desemprego estrutural; e, por último, mas não menos importante, com a disseminação e fortalecimento do ideário perseguidor das liberdades democráticas.

Dessa forma, o modo de produção e reprodução do capital empreende uma ecdise idearia, econômica e política com o propósito de buscar as saídas da crise, ou seja, da retomada dos altos padrões de acumulação, leia-se exploração e apropriação da riqueza, socialmente produzida pelas classes subalternas.

Por sua vez, Mota (1995), apresenta-nos que, em tempos de profundas crises, a reestruturação produtiva é imprescindível para garantir o “equilíbrio instável”. E acrescenta que, como condição crucial, para “[...] a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção como na das relações sociais” (MOTA, 1995, p. 65).

Sendo assim, essa instabilidade, que caracteriza o novo regime de acumulação do capital entra em vigor através da acumulação flexível. Sendo concretizado pelo reordenamento hierárquico no mercado mundial de mercadorias; pelas implicações sobre o mundo do trabalho; e pela implementação de medidas neoliberais.

Sobre esse assunto, Harvey (1992, p. 140) defende que essa dita acumulação flexível estaria definida

por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (Harvey, 1992, p. 140).

Antunes (2015) aprofunda os elementos dados por David Harvey sobre as alterações do âmbito produtivo promovido pela dita flexibilização e desregulamentação na acumulação, em especial no que diz respeito ao chamado mundo do trabalho. Desse modo, o sociólogo aponta que estaríamos vivenciando

uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des) sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizar-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem”

para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital. (ANTUNES, 2015, pág. 225)

Ou seja, temos a tangível expressão desses processos como constituinte de uma lógica de sociedade na qual não podemos nos iludir com a manobra do mundo burguês, cuja intenção é a de falsear uma certa valorização do trabalho — como a do funcionário do mês — pois a força de trabalho tem apenas um único valor para o patrão. Assim, apesar das promessas promovidas pela acumulação flexível (automação e polivalência do trabalho, a partir da massiva introdução das tecnologias), o trabalho humano jamais poderá deixar de existir como mola propulsora da apropriação e acumulação do capital.

Além dos efeitos sobre o mundo do trabalho, a disseminação do ideário neoliberal serviu como ingrediente ineliminável do cenário da reestruturação produtiva, do qual ditou um programa destrutivo, do ponto de vista da classe subalterna, sendo necessária sua implementação em todos os países, principalmente no norte global.

A partir dessa cimentação é que teremos noção das medidas empreendidas em torno da privatização das empresas públicas, do enxugamento do Estado no que diz respeito ao investimento em políticas e direitos sociais, da desregulamentação das legislações sociais e da focalização dos serviços e programas desenvolvidos pelas políticas sociais. Um verdadeiro campo de “austeridade, as reduções fiscais e a erosão do compromisso social entre o grande trabalho e o grande governo se tornaram lemas de todos os Estados do mundo capitalista avançado” (Harvey, 1992, 158-159).

Como atesta Behring,

[...] a saída da crise [...] estaria na redução de custos, por meio da flexibilização das relações contratuais de trabalho, retirando-se o Estado da regulação dessas relações, inclusive no que refere à questão da proteção social, com a redução dos encargos sociais. (BEHRING, 2003, p. 214).

E ainda, nesse Estado imbuído pelo neoliberalismo

afirma-se que a privatização e a desregulamentação combinados com a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos [...] como, indiretamente, mediante a redução da carga de impostos” (HARVEY, 2014, pág. 76)

Em recente discussão, Tonelo (2020) tem defendido que os efeitos do pós-crise estariam ancorados em uma nova reestruturação produtiva, pois as medidas de flexibilização, privatização e desregulamentação, que foram implementadas pelo Estado neoliberal, teriam chegado ao limite. Evidentemente que a defesa do autor não tem a intenção de subestimar ou negar as alterações realizadas pelo neoliberalismo, mas que diante da profunda crise seria necessário intensificar os seus métodos com novos modos econômicos.

Essas imposições requeridas, para o processo de saída da crise mundial, no qual a economia encontrava-se, estão intimamente ligadas a 3 (três) aspectos vinculados a defesa do autor, sendo:

a) o modo como os planos de austeridade (2009-2010) buscavam alterar as condições de produção e reprodução do capital após a crise; b) o fenômeno da imigração sendo incorporado em outra escala a partir da crise no metabolismo social do capital (especialmente pós-2015); c) a introdução de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), robotização e inteligência artificial, que vêm transformando as formas de contratação da força de trabalho, bem como de sua própria dinâmica, fenômeno que poderíamos sintetizar como uberização do trabalho e Indústria 4.0 (TONELO, 2020, pág. 142).

No que diz respeito ao primeiro elemento apontado pelo autor, o Brasil tem implementado uma política de austeridade draconiana, o que algumas instituições, como a Associação dos Funcionários do IPEA (IPEA, 2019) têm chamado de austericídio, justamente por essa política ter atingido de frente as classes subalternas, afetando as suas formas de ser e viver. Podemos citar duas medidas desse processo, que foi a (1) a aprovação da Lei Nº 13.429/2017 — que regulamenta a terceirização para as atividades fins no âmbito público e privado; e o (2) sancionamento da Lei 13.467/2017 (Reforma trabalhista) — que altera mais de 200 artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Sobre o segundo aspecto apontado pelo autor, o Brasil tem cerca de 1,3 milhão de imigrantes, pois, no período de dez anos (2011-2021), houve um aumento de 24,4% no número de novos imigrantes registrados. Tendo vindo eles dos principais países vizinhos como Venezuela, Haiti, Bolívia, Colômbia e Estados Unidos (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Esse significativo aumento põe na “mira” da burguesia nacional e internacional a contratação precária e, muitas vezes, até análoga à escravidão da população imigrante e refugiada. Em matéria veiculada no site do Tribunal Superior do Trabalho (TST), afirma-se que os imigrantes têm maiores dificuldades de encontrar trabalho formal e que muitas vezes são

encontrados em fazendas e estabelecimentos fabris para trabalharem no modus análogo à escravidão (TST, 2022).

O último elemento correspondente à reação do pós-crise 2007-2008 diz respeito à enxurrada de discursos e medidas hipervalorizativas para a introdução das novas TICs, assim como, da Inteligência Artificial (IA) e da robotização. Evidentemente que um modelo de transformação econômica, pautada pelo desenvolvimento de tecnologias no intuito de aprofundar o formato da acumulação flexível, já estava indicado desde os anos de 1970, como vimos com o caso do toyotismo. Mas, nos últimos anos, temos vivenciado uma intensificação desse fenômeno, principalmente com a era da indústria 4.0, o que ficou claro com a ampliação exponencial do seu uso durante o período do contexto pandêmico.

Por conseguinte, os apontamentos, elaborados até aqui sobre a crise do capital, têm a tentativa de construir um percurso histórico desse fenômeno com o intuito de reverberar a relação latente que há nas transformações conjunturais, sociais, políticas e econômicas com o conteúdo da crise sanitária. Sendo assim, reafirmamos a compreensão que, de fato, há uma relação entre a pandemia do novo coronavírus com a crise do capitalismo, numa espécie de relação imbricada e simbiótica, com amplificações de efeitos e com suas devidas particularidades.

3 A PANDEMIA COMO AMPLIFICADORA DOS EFEITOS DA CRISE DO CAPITAL

No decorrer da nossa construção de compreensão sobre o fenômeno da crise do capital, algumas vezes, nos deparamos com a estreita relação da pandemia com a crise do capital. Contudo, nesse momento, precisamos levantar a questão: De qual pandemia estamos falando? De agora em diante, estaremos nos debruçando e dissertando sobre as principais características da crise sanitária e de como ela coaduna-se com a crise já vivenciada pela sociabilidade do capital.

Em sendo assim, é importante ressaltar que a crise sanitária, que se abateu no mundo, é datada do dia 31 de dezembro de 2019, quando a República Popular da China notificou a Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre uma série de infecções respiratórias (pneumonia) que estavam ocorrendo na cidade de Wuhan. Posteriormente, foi identificado que as infecções eram causadas por um novo coronavírus, denominado pela OMS de SARS-CoV-2.

Imediatamente, houve um acompanhamento dos efeitos preliminares da doença por parte das autoridades sanitárias do mundo inteiro.

Com o crescimento do número de casos e óbitos pelo vírus, posteriormente, em 11 de março de 2020, a crise foi declarada pela Organização Mundial de Saúde² (OMS) como pandemia. Naquele momento, registrava-se no mundo a marca de mais de 118 mil contaminações com 4.291 mortes, além da presença do vírus em mais de 100 países. Para fins comparativos, do quão letal tem sido a pandemia em todo o globo, após quase dois anos do primeiro caso confirmado, registram-se³ — em meados de fevereiro de 2022, quando construímos essas reflexões — mais de 424 milhões de pessoas infectadas e mais de 5,89 milhões de vidas ceifadas.

Dentre as ações planejadas e executadas pelas autoridades científicas da saúde, gostaríamos de dar o devido destaque às orientações das autoridades científicas e sanitárias, como o informativo da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o qual apontava que as principais formas de contenção do vírus seriam: o uso de máscaras; a higienização das mãos; o arejamento dos ambientes; a dissipação de aglomerações; e o uso da vacina (sendo imprescindível as duas doses do esquema vacinal e a dose de reforço) — tendo havido no Brasil total atraso no início do processo de imunização.

Dado o panorama geral da pandemia, e tendo sido evidenciada como uma crise sanitária mundial, muitas pessoas se questionavam sobre de onde veio esse vírus? Se o vírus não tivesse surgido em laboratórios chineses ou até mesmo se não fosse obra de alguma divindade enfurecida com a humanidade. O fato é que queriam divinizar esse cataclisma com o intuito de naturalizar esse fenômeno, como um fim em si mesmo.

Evidentemente que a COVID-19 não é a primeira doença a ter abrangência global tornando uma pandemia, ao longo da história, diversas doenças já foram disseminadas de forma mundial, ou continental ou em grandes regiões. Para citar as mais conhecidas, tivemos: A peste bubônica; varíola; cólera; gripe espanhola; HIV-aids; H1N1; etc.

Ao mesmo tempo, importantes estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento (sociólogos, antropólogos, biólogos, epidemiólogos, engenheiros, médicos, etc.) iniciaram uma

² Para mais informações averiguar no site. Disponível em:<<https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881>>
Acesso em:

³ <https://covid19.who.int/>

grande batalha para destrinchar os efeitos causadores do novo coronavírus, com o intuito de entender, combater e se prevenir de novas possíveis ameaças de patógenos.

Entre essa busca frenética para analisar o problema dos vírus, temos a contribuição do epidemiologista americano Rob Wallace (2020) que tem nos revelado a profícua relação entre o modelo atual de sociedade com o surgimento das crescentes doenças, causadas pelos vírus.

Em decorrência das transformações realizadas no âmbito da produção e reprodução dos espaços impulsionados pelo capital, a exemplo do agronegócio que, cada vez mais, tem se servido de todas as alternativas possíveis e impossíveis em busca da melhor forma de atingir elevados níveis de lucro, não importando a quantidade de agrotóxicos colocados no solo, ou de florestas derrubadas, ou a exposição dos animais, comunidades e trabalhadores às substâncias venenosas, o que o capitalismo do agro deseja é garantir o lucro, mesmo que para isso seja acima de vidas.

Sobre essa relação simbiótica entre as doenças e o *modus operandi* do capitalismo, assevera o autor Wallace (2020, p. 527):

A monocultura de capital intensivo - tanto a pecuária quanto a agricultura - impulsiona o desmatamento e os empreendimentos que aumentam a taxa e o alcance taxonômico do transbordamento de patógenos: dos animais selvagens para os da pecuária e destes, para os trabalhadores do setor. Uma vez que esses patógenos entram na cadeia alimentar, a produção pode contribuir com a seleção de variantes de patógenos de maior mortalidade, por recombinação genética e por mudanças antigênicas, ocorrida sob circunstâncias de supressão imunológica. Através do comércio global que agora caracteriza o setor, as cepas recém-desenvolvidas podem ser exportadas para o mundo todo. (Wallace, 2020, p.527)

Não obstante, as evidências trazidas pelo autor dizem respeito à relação que o modo de produção capitalista tem com a natureza/meio ambiente, sendo esse o lema do grande capital, não apenas de determinadas regiões ou países, mas é uma operação orquestrada globalmente. É claro que havendo suas particularidades, mas os impactos ambientais são inerentes ao conteúdo do capitalismo, principalmente em sua fase contemporânea.

A rigor, o consumo exacerbado, um dos traços do capitalismo contemporâneo, é um dos pilares mais importantes da sustentação da reprodução ampliada do capital. Produzir cada vez mais, e a taxas de lucros adequadas, só é viável se for garantida a constante ampliação do consumo (MARQUES et al., 2021, pág. 129)

Ainda sobre essa inerência da forma de ser do capital, com um cenário de devastação, os autores apontam

O consumismo, associado aos processos de produção dominantes (com a preferência por determinadas tecnologias e o uso de certos materiais e fontes de energia) e ao tipo de transporte preferencial adotado no mundo, é completamente predatório da natureza (MARQUES et al., 2021, pág. 130).

Ou seja, cada vez mais, teremos a recorrência da aparição de novas variações do vírus, pois o causador desse fenômeno não está nem um pouco preocupado com as consequências, uma vez que a máxima dessa “agricultura neoliberal” (Wallace, 2020), na busca por mais nichos de lucros, está totalmente disposta em continuar e expandir, principalmente porque tem conseguido disseminar sua ideologia da produtividade e da tecnologia como relevante para a sociedade.

Seguindo essa abordagem de entender que a pandemia não é um acidente de percurso nem um fenômeno natural ou até mesmo uma “maldição” dos chineses,

[...] é necessário ressaltar o caráter histórico e a determinação social da pandemia, tendo em vista a racionalidade e o caráter destrutivo da sociabilidade capitalista contemporânea [...] agudizando as desigualdades sociais existentes (SOARES, CORREIA & SANTOS, 2021, pág. 120).

Em vista disso, o processo de exacerbação do “Capital pandêmico” (ANTUNES, 2020) — simbiose intrincada do sistema sociometabólico do capital, da crise estrutural sistêmica do capital e da crise sanitária — evidencia o cenário favorável para o capital analisar sua acumulação. Pois, como assevera Mascaro (2020, p. 20),

o mesmo aparato de dispositivos está a postos para a crise atual, cujo choque, ao invés de frear o capitalismo, permitirá o seu avanço, ainda mais imunizado. Nunca houve nem há nenhum limite moral, ético ou humanista ao capital: a sociedade capitalista é apenas a sociedade da marcha da acumulação (MASCARO, 2020, p. 20)

Mediante o que foi exposto até o momento, em que realizamos a tentativa de discutir sobre a crise do capitalismo e as inflexões nas formas de ser e viver das classes subalternas, endossamos a nossa compreensão acerca do reconhecimento de que o fenômeno da crise sanitária, causada pelo novo coronavírus, na verdade amplifica e explonicia as transformações que já estavam em curso.

Em vista disso coadunamos com a compreensão de que estivemos sob os efeitos de um “Capital Pandêmico”, tal como defende Antunes (2022), pois vivenciamos em simultaneidade e imbricação trágica entre o sistema de metabolismo anti social do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus.

4 CONCLUSÃO

Com cataclisma da crise sanitária, causada pela pandemia do novo coronavírus, ao acompanharmos, em diversos espaços, de forma virtual, o debate acerca dos impactos relacionados aos serviços de saúde, sempre aparecia de forma latente um discurso de ineditismo do cenário da pandemia que tinha a intenção de mascarar os danosos efeitos que a crise do capitalismo já vinha vivenciando e também os direcionamentos das formas de ser e viver nessa sociedade se dar.

Por conseguinte, os impactos da crise sanitária, que chegou como potencializadora dos efeitos da crise do capital, sobretudo no mundo do trabalho e nas políticas sociais, onde são prestados os serviços sociais, necessitava-se de alternativas e respostas para o enfrentamento e mitigação da doença e o impulsionou para se pensar o que tínhamos antes da pandemia.

De certa forma, isso nos levou a olhar pelo retrovisor e perceber que não estávamos muito distantes dos motivos acumulados pelos quais tínhamos desaguados no cataclisma sanitário.

Dessa forma, pensar as conjunturas como partículas totalmente vinculadas a engrenagem que conduz o funcionamento dessa sociedade é um aspecto importantíssimo para não cairmos seja no futurismo ou na naturalização dos acontecimentos sociais.

Sendo assim, é nessa perspectiva que o debate proposto neste texto tenta dar direção a questão tão discutida no período da pandemia, e acredito que consegue cimentar e lapidar o questionamento através de uma construção sócio-histórica do fenômeno das crises do capital e de alastramentos de doenças.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Número de novos imigrantes cresce 24,4% no Brasil em dez anos.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-12/numero-de-novos-imigrantes-cresce-244-no-brasil-em-dez-anos#>. Acesso em: 22 de mar. de 2023.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- _____. O vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo. In: FILHO, H. M.; TOSTES, A. (org). **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois.** Bauru: Canal 6 editora, 2020.
- _____. **O trabalho sob fogo cruzado.** Boitempo: São Paulo, 2020.
- _____. **Capitalismo pandêmico.** São Paulo. Boitempo, 2022.
- BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.
- _____. **O neoliberalismo: História e implicações.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- IPEA. **Mais Brasil ou Austericídio.** 2019. Disponível em: <https://afipeasindical.org.br/austericidio/> Acesso em: fev. de 2023.
- MANDEL. E. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista.** São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- MARQUES, R. M. et al. **Pandemias, crises e capitalismo.** 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- MASCARO, A. L. **Crise e Pandemia.** Coleção Crise Pandemia. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** Trad. Ana Carvalhaes... [et al.] – 2.ed. ver. E ampliada – São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOTA, A. E. S. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** São Paulo – Cortez, 1995.
- NETTO, J.P. BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 8. ed., 2012.
- SOARES. R. C. CORREIA, Maria Valéria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros dos. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. **Serviço Social & Sociedade**, p. 118-133, 2021.

TONELO, I. Uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008? In. ANTUNES, R. (Org.) **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo. Boitempo, 2020.

Tribunal Superior do Trabalho. **Brasil tem mais de 180 mil imigrantes no mercado de trabalho formal**. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/-/brasil-tem-mais-de-180-mil-imigrantes-no-mercado-de-trabalho-formal>. Acesso em: 22 de mar. de 2023.

WALLACE, Rob. **A pandemia e o agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. São Paulo: Elefante & Igrá Kniga, 2020.